

LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: POR QUE ESTUDÁ-LAS?

Gláucia Vieira CÂNDIDO*

Lincoln Almir AMARANTE RIBEIRO**

RESUMO

Este texto apresenta uma síntese sistematizada acerca das línguas indígenas brasileiras visando introduzir, no universo dos estudantes interessados nesse tema de pesquisa, algumas informações gerais, tais como o número, a localização geográfica, a classificação genealógica dos idiomas, entre outras. O objetivo principal, no entanto, é apresentar algumas justificativas para o estudo dessas línguas, a partir das orientações da Lingüística Antropológica ou Indígena, ramos dos estudos lingüísticos, cujos objetivos são a descrição e documentação de línguas desconhecidas e/ou sem tradição escrita.

Introdução

A despeito de um certo reconhecimento internacional, a importância das línguas indígenas brasileiras ainda tem sido subestimada em termos nacionais. Naturalmente, não se pode negar que os estudos sobre essas línguas vêm evoluindo nos últimos anos, entretanto, também é notório que grande parte das línguas indígenas ainda faladas no Brasil permanecem quase completamente desconhecidas para a maioria de professores e alunos dos cursos de Letras e Lingüística do nosso país.

* Professora de Lingüística da UEG e doutoranda em Lingüística pela UNICAMP.

** Professor aposentado da UFMG e doutor em Ciências Naturais.

No âmbito dessas preocupações, introduzimos o presente artigo, cujo objetivo principal é apresentar algumas justificativas para o estudo das línguas indígenas brasileiras. Para tanto, inicialmente buscaremos resumir e sistematizar uma série de informações gerais fornecidas pela literatura específica sobre o referido assunto como, por exemplo, a classificação genealógica dos idiomas, a distribuição numérica e geográfica, entre outras. Na sequência, faremos uma exposição sucinta das motivações que nos induzem ao estudo científico das línguas indígenas brasileiras. Especificamente, situaremos nossas justificativas no campo da Linguística Antropológica (ou Indígena), que é o ramo dos estudos linguísticos que visa a documentar e descrever, em seus vários níveis de análise (fonético, fonológico, morfológico, semântico, lexical, pragmático), as línguas ágrafas, ou seja, aquelas sem tradição escrita e que são pouco ou nada conhecidas.

Sem dúvida, a diversidade linguística brasileira apresenta-nos um vasto campo de estudo ainda não suficientemente explorado. Nossa meta, portanto, é evidenciar minimamente, no âmbito da Linguística Indígena, motivos que consideramos bastante contundentes para que o trabalho de “exploração” das línguas indígenas brasileiras evolua em um ritmo mais avançado devido à contribuição de novos adeptos.

As línguas indígenas no contexto mundial

Estabelecer precisamente o número de línguas do mundo não é uma tarefa fácil, haja vista fatores como, por exemplo, a diferença entre língua e dialeto, a qual parece ser mais sócio-política do que linguística propriamente dita. De modo geral, os linguistas consideram duas variedades de uma língua como dialetos quando seus falantes podem se entender mutuamente. Entretanto, isso é passível de discussão, já que nessa perspectiva, o Norueguês, o Dinamarquês e o Sueco deveriam, então, ser considerados dialetos.

Certamente, os números apresentados neste artigo também não estão livres de discussões. Porém, nosso intuito aqui não é definir números

exatos, mas apenas referenciar aqueles que julgamos se aproximam da realidade. Acreditamos que tais informações deverão, no mínimo, servir de base para que nossos leitores possam buscar números mais precisos. Assim, vejamos, na sequência, como a literatura específica distribui e classifica as línguas do mundo.

Segundo Grimes & Grimes (2000), existem no mundo 6.809 línguas vivas diferentes, como nos mostra a Tabela 1, a seguir, em que vemos a distribuição geral das línguas já catalogadas no mundo:

REGIÃO	NÚMERO DE LÍNGUAS VIVAS	PORCENTAGEM
Américas	1.013	15%
África	2.058	30%
Europa	230	3%
Ásia	2.197	32%
Pacífico	1.311	19%

Tabela 1: Distribuição das línguas catalogadas no mundo. Fonte: Grimes & Grimes (2000).

Dentre essas 1.013 línguas faladas nas Américas do Norte, Central e do Sul, estima-se, ainda com base nos dados fornecidos por Grimes & Grimes (2000), que pelo menos 765 sejam indo-americanas (ou ameríndias), isto é, línguas faladas por etnias descendentes de habitantes da região antes da chegada dos europeus, conforme ilustramos, a seguir:

PAÍS	LÍNGUAS VIVAS	LÍNGUAS NATIVAS	PORCENTAGEM DE LÍNGUAS VIVAS	PORCENTAGEM DE LÍNGUAS NATIVAS
Argentina	20	17	1,90%	2,20%
Bolívia	34	31	3,30%	4,00%
Brasil	190	187	18,30%	24,40%
Canadá	70	60	6,80%	7,80%
Colômbia	65	63	6,20%	8,20%
Equador	13	11	1,40%	1,50%
Guatemala	25	22	2,40%	2,90%
México	70	65	6,80%	8,50%
Paraguai	22	15	2,10%	2,00%
Peru	56	52	5,40%	6,80%
Estados Unidos	159	146	15,30%	19,10%
Venezuela	41	38	4,00%	5,00%
Outros	174	58	26,10%	7,60%

Tabela 2: Distribuição das línguas nativas no Continente Americano. Fonte: Grimes & Grimes (2000).

Já no caso específico da América do Sul, calcula-se que pelo menos 440 das línguas catalogadas sejam ameríndias, tal como mostramos, na Tabela 3, com a distribuição das línguas indígenas sul-americanas:

PAIS	LÍNGUAS INDÍGENAS VIVAS	PORCENTAGEM
Argentina	17	3,90%
Bolívia	31	7,00%
Brasil	187	42,50%
Chile	5	1,10%
Colômbia	63	14,40%
Equador	11	2,50%
Guiana	9	2,00%
Guiana Francesa	6	1,40%
Paraguai	15	3,40%
Peru	52	11,80%
Suriname	6	1,40%
Venezuela	38	8,60%

Tabela 3: Distribuição das línguas indígenas na América do Sul. Fonte: Grimes & Grimes (2000).

Como pudemos observar na Tabela 3, o território brasileiro é o que mais soma línguas indígenas vivas catalogadas na América do Sul. Essas línguas, ao lado da língua oficial (o Português), de algumas línguas crioulas (originadas do contato entre línguas nativas e um idioma indo-europeu, exemplo: o Karipuna-Francês, falado na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa) e dos vários outros idiomas trazidos por imigrantes de todas as partes do mundo, compreendem uma diversidade multilíngüe e, por consequência, pluricultural legada a poucos territórios no mundo.

Para Rodrigues (1994), entretanto, esse número está muito aquém daquele que provavelmente existiu há mais de 500 anos, na época do “descobrimento” do território brasileiro pelos europeus. De acordo com o autor, estima-se que pelo menos o triplo de línguas indígenas eram faladas no Brasil naquele período. Desse modo, atualmente apenas 30% das línguas que existiam naquela época ainda são faladas. Aliás, outra constatação grave é a de que dentre as línguas brasileiras catalogadas, 42 já tenham deixa-

do de existir (Grimes & Grimes, 2000). Mas, afinal, o que leva uma língua à extinção? Vários fatores podem contribuir para isso. Vejamos brevemente alguns considerados mais relevantes.

A morte de uma língua, conforme Cristófar-Silva (2002), pode estar condicionada: a) ao desaparecimento de falantes; b) à opressão política imposta aos falantes, como ocorreu com o Lenca e o Cacaopera, línguas que eram faladas em El Salvador ou, c) ao fato de os próprios falantes resolverem espontaneamente usar sua língua apenas em rituais especiais. No caso do Brasil, os prováveis responsáveis pelo desaparecimento de línguas indígenas foram a extinção da etnia dos falantes e a adoção do português ou outro idioma indígena em lugar de sua língua materna.

Com relação a esse último fator, acrescentamos que, como afirma Pinker (2002), as línguas são perpetuadas pelas crianças que as aprendem. Desse modo, se uma determinada língua está sendo falada somente por adultos da comunidade, certamente corre sério risco de extinção. Para Krauss (2003), das cerca de 6.000 línguas faladas no mundo, entre 25% e 50% já não são mais faladas por crianças. Assim, tais línguas estariam enquadradas no que esse autor denomina Categoria B, em que se incluem idiomas que apenas são falados pelos pais. Contudo, ainda é possível que elas sofram regressão em seu processo de extinção se seus falantes decidirem efetuar um trabalho de resgate. Kraus também calcula que somente um número entre 300 e 500 línguas pode ainda se considerar a salvo de extinção iminente.

Outro fator a considerar nessa questão é a distribuição de falantes por etnia. Afinal, quanto menor o número de falantes, maior a chance de extinção da língua. Segundo Grimes & Grimes (2000), aproximadamente 38% das línguas da América do Sul encontram-se em perigo de extinção, uma vez que as etnias são formadas por pequenos grupos com 600 elementos ou menos. No Brasil, apesar de 11 línguas apresentarem acima de 5.000 falantes, a saber: Baniwa, Guajajara, Kaingáng, Kayapó, Makuxi, Sateré-Mawé, Terena, Tikúna, Xavante, Yanomámi, Guaraní (esta última, aliás, sendo falada por mais de 30.000 pessoas), 133 línguas estão nas condições descri-

tas por Grimes & Grimes (op. cit.). Dentre estas, 105 são faladas por etnias com populações constituídas por 255 ou menos indivíduos.

Nesse contexto, um dos casos mais graves de que temos notícia atualmente é o do Avá-Canoeiro, língua da família Tupi-Guarani, falada em Goiás e Tocantins por menos de 20 falantes (Borges, 2002). Segundo o Instituto Sócio-Ambiental – ISA (2003), os remanescentes Avá-Canoeiro sobrevivem em condições precárias de saúde e alimentação, além de enfrentarem problema da escassez de parceiros para sua continuidade física e social. Com isso, como o próprio ISA afirma, a sobrevivência do grupo é questão sem resposta como também é a situação de sua língua.

A esse respeito, gostaríamos de comentar a opinião de alguns estudiosos, como Dixon (1997), por exemplo, que consideram a extinção das línguas fato inevitável. Para esse autor, nada há mais a ser feito por parte dos lingüistas senão realizar urgentemente trabalhos de campo junto às etnias ainda existentes, visando coletar o máximo de dados antes que suas línguas se extingam. Dixon admite que essa é uma conclusão terrível, mas, por mais politicamente incorreta que seja, infelizmente, teremos que nos acostumar com ela.

Essa é uma questão extremamente delicada, porém, em nossa opinião é possível (e necessário) buscar alternativas de salvamento, bem como de evolução demográfica das etnias ameaçadas de extinção. Diante de um evento com implicações sociais, os lingüistas não podem deixar de atuar também como cidadãos adotando medidas efetivas em defesa da preservação de uma etnia juntamente com a sua cultura. Nesses termos, esses estudiosos devem trabalhar em cooperação com organizações governamentais e não-governamentais e, ainda, com pesquisadores de outras áreas, objetivando, além das tarefas de documentação e descrição da língua, participar de projetos de proteção aos povos indígenas.

A classificação das línguas indígenas brasileiras

Quanto à classificação das línguas ameríndias do Brasil, o Prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues, em seu livro *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*, (aliás, leitura obrigatória para todos aqueles que almejam iniciar estudos nessa área) atesta que os idiomas se distribuem genealogicamente em 2 troncos, 12 famílias autônomas, algumas línguas isoladas e, ainda, as chamadas línguas gerais. Nas Tabela 4, a seguir, apresentamos essa classificação, embora com algumas alterações baseadas em dados atualizados por Grimes & Grimes (2000):

TRONCO OU FAMÍLIA	NÚMERO DE LÍNGUAS
Tronco Tupi	50
Tronco Macro-Jê	23
Família Arawak	21
Família Karib	20
Família Tucano	14
Família Pano	14
Família Arawá	7
Família Nambikwára	5
Família Yanomámi	4
Família Makú	4
Família Txapakúra	3
Família Katukína	3
Família Múra	1
Família Witoto	1
Família Arutani	1
Família Guaikúru	1
Não classificadas	12
Isoladas	2

Tabela 4: Classificação das línguas indígenas brasileiras. Fonte: Grimes & Grimes (2000).

Do ponto de vista de “aparência” estrutural, é possível dizer que muitas línguas têm uma origem comum. Contudo, considerando que as semelhanças entre elas sejam pouco aparentes, acredita-se que tais idiomas tenham se separado há muito tempo. Os estudiosos denominam o agrupamento dessas línguas de tronco lingüístico. Por outro lado, se dentre as línguas que integram um tronco algumas apresentam semelhanças entre si mais aparentes, deduz-se que tenham se afastado umas das outras em tempos mais recentes. Estas últimas estariam reunidas, conforme o nível de semelhança, em grupos menores, os quais convencionalmente são chamados de famílias lingüísticas.

Como vimos na Tabela 4, essa situação parece ocorrer no Brasil. Afinal, em uma hierarquia genealógica, acredita-se que existam pelo menos dois grupos maiores de famílias de línguas indígenas: o Tronco Tupi e o Macro-Jê. O primeiro seria constituído por 10 famílias de línguas, a saber: Arikém, Awetí, Jurúna, Sateré-Mawé, Mondé, Mundurukú, Puruborá, Ramaráma, Tupari e Tupi-Guarani que, aliás, é a família mais extensa em diversidade de línguas, contando com 31 idiomas. O tronco Macro-Jê, por sua vez, também contaria com 10 famílias lingüísticas: Boróro, Karajá, Krenáke, Fulniô, Guató, Jabuti, Jê, Maxakali, Ofayé e Rikbaktsá. Existiriam também outras 14 famílias de línguas¹ que não se encontram classificadas como pertencentes a um grupo maior ou tronco. Haveria, ainda, 12 línguas não classificadas (assim consideradas até o momento por ainda não terem sido descritas e comparadas com outras): Agavotaguerra, Amikoana, Himarimã, Iapama, Karahawyana, Kohoroxitari, Korubo², Miarrã, Papavô, Sakirabiá, Tremenbé e Uru-pa-in. Finalmente, as duas línguas isoladas, o Ticuna e o Trumai, cujos estudos sobre suas estruturas bem como suas

¹ Para conferir as línguas pertencentes às famílias já catalogadas, consultar Rodrigues (1994), Grimes & Grimes (2000), entre outras fontes.

² Amarante Ribeiro (2003), em um trabalho ainda a ser publicado, apresenta uma proposta de reclassificação das línguas da família Pano, em que propõe um número de 17 línguas vivas constituintes dessa família no Brasil e, dentre as quais, situa o Korubo.

comparações com línguas já estudadas revelam que elas não podem ser agrupadas a nenhuma das famílias já catalogadas.

A localização geográfica dessas línguas é bastante diversificada. Segundo a FUNAI (2003), há 349.318 nativos distribuídos em praticamente todo o território brasileiro. Afinal, exceto Piauí e Rio Grande do Norte, todos os demais Estados da Federação contam com comunidades indígenas. Dentre as cinco regiões brasileiras, a Norte é a mais ocupada tanto em número de índios, como de etnias. Em contrapartida, regiões como o Sudeste e o Sul, apesar do grande número populacional indígena, apresentam poucas comunidades nativas.

De modo geral, há uma certa dificuldade em estabelecer com precisão o número de etnias indígenas, já que é possível que haja ainda alguns grupos desconhecidos e não contatados. Na Tabela 5, a seguir, demonstramos a distribuição populacional indígena por número de indivíduos, e não aquela referente à quantidade de etnias em cada Estado.

ESTADO	POPULAÇÃO INDÍGENA	PORCENTAGEM
Acre	9.869	2,80%
Alagoas	5.993	1,70%
Amapá	4.950	1,40%
Amazonas	83.966	24,00%
Bahia	16.715	4,80%
Ceará	5.365	1,50%
Espírito Santo	1.700	0,40%
Goiás	346	0,10%
Maranhão	18.371	5,40%
Mato Grosso	25.123	7,20%
Mato Grosso do Sul	32.519	9,30%
Minas Gerais	7.333	2,10%
Pará	29.185	8,40%
Paraíba	7.575	2,10%
Paraná	10.375	3,00%
Pernambuco	23.256	6,70%
Rio de Janeiro	330	0,10%
Rio Grande do Sul	13.448	3,80%
Rondônia	6.314	1,80%
Roraima	30.715	8,80%
Santa Catarina	5.651	1,60%
São Paulo	2.716	0,80%
Sergipe	310	0,10%
Tocantins	7.193	2,10%

Tabela 5: Distribuição (estimada) da população indígena brasileira. Fonte: FUNAI (2003).

Os números expressos na Tabela 5, entretanto, nem sempre correspondem ao de indivíduos falantes das línguas nativas. O fato é que, apesar de existirem provavelmente mais de 200 tribos indígenas reconhecidas no Brasil, segundo Rodrigues (1994), cerca de 40 já não falam mais sua língua nativa. Como já mencionamos aqui, muitos indígenas adotaram a língua oficial ou passaram a falar o idioma de outro grupo, como ocorreu com os

Tariana, localizados no alto Rio Negro, que adotaram a língua dos Tukano; já os índios Baniwa, do baixo Rio Negro, abandonaram seu idioma nativo para falar Nheengatu, uma língua geral que se desenvolveu entre os mestiços no Brasil.

Motivações para o estudo das línguas indígenas brasileiras

Diversas são as razões que levam ao interesse pelas línguas indígenas. Lingüistas e antropólogos, por exemplo, buscam documentar, descrever e também revitalizar as línguas indígenas com propósitos científicos; sertanistas e outros indigenistas procuram conhecer as línguas em virtude de seu trabalho em órgãos como a FUNAI ou, exclusivamente, por simpatia às causas indígenas; missionários, por outro lado, desejam aprender essas línguas objetivando traduzir a Bíblia nesses idiomas e, finalmente, muitos índios, conhecendo a importância cultural do idioma para seu povo, se dedicam ao seu estudo com propósitos de manutenção e/ou revitalização de línguas em extinção.

Nos propósitos específicos deste artigo, nos deteremos mais detalhadamente em alguns dos motivos dados pela Lingüística Indígena ou Antropológica, tal como veremos na sequência.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que, ao estudarmos a tipologia das línguas indígenas brasileiras (bem como de qualquer outra), procederemos à descrição de suas propriedades fonéticas, fonológicas, morfológicas, sintáticas e léxicas, aspectos fundamentais para distingui-las de outras línguas. Com isso, torna-se possível incorporar os resultados da análise descritiva ao acervo de tipos ou tipologia das línguas existentes no mundo.

Além disso, a cada nova descrição de uma língua, diversas contribuições podem ser acrescentadas às teorias lingüísticas. Isso foi o que ocorreu, por exemplo, quando Dixon (1980), ao estudar as línguas aborígenes da Austrália, descobriu a ergatividade, um fenômeno verificado em línguas que

marcam o Sujeito de verbos intransitivos da mesma forma que o Objeto de verbos transitivos. Isso é verificado no Kaxinawá, uma língua da família Pano que é falada na Amazônia, conforme os exemplos, a seguir:

(1) (a)	'huni-Æ	ka	
	homem-ABSOLUTIVO	ir (Verbo Intransitivo)	
	'O homem vai'		
(b)	huni-n	nami-Æ	pi
	homem-ERGATIVO	came-ABSOLUTIVO	comer
	'O homem come carne'		(Verbo
			Transitivo)

Como podemos observar em (1.b), a ergatividade é marcada pela articulação da nasalização (que na escrita é representada pelo fonema /n/) da vogal final da palavra que funciona como Sujeito da sentença. Em línguas como o Kaxinawá, apenas o Sujeito dos verbos transitivos recebem marca de ergatividade, enquanto o Sujeito dos verbos intransitivos, como em (1.a), e o Objeto dos verbos transitivos, como em (1.b), recebem um mesmo elemento morfológico para marcar o caso absolutivo. Em Kaxinawá, essa marca é a forma vazia (embora significativa), a qual, na escrita, não é formalizada. Contudo, por questões didáticas nós a representamos, em nosso exemplo, por meio do símbolo Æ.

Em contrapartida, outras línguas marcam diferentemente apenas o Objeto dos verbos transitivos, enquanto o Sujeito (tanto dos verbos transitivos como dos intransitivos), recebem a mesma marca morfológica. Isso pode ser observado, por exemplo, no Latim, tal como vemos, a seguir:

(2) (a) Puer-Æ	venit	
menino-NOMINATIVO	vir (Verbo Intransitivo)	
‘O menino vem’		
(b) Puer-Æ	puella-m	amat
menino-NOMINATIVO	menina-ACUSATIVO	amar
‘O menino ama a menina’		(Verbo
		Transitivo)

Assim sendo, os estudos tipológicos das diversas línguas existentes no mundo nos permitem enquadrá-las, por um lado, na classe daquelas cujo sistema de marcação de caso é do tipo observado no Kaxinawa, ou seja, ergativo/absolutivo; e, por outro, na classe daquelas que, como o Latim, têm o sistema de marcação de caso nominativo/acusativo. Certamente, sem os estudos das línguas indígenas australianas corroborados por aqueles feitos sobre línguas indígenas de outras regiões do mundo, classificações desse tipo não poderiam ser feitas. Afinal, se os estudiosos se tivessem detido exclusivamente na análise das línguas indo-européias, somente nos seria possível detectar sistemas de marcação de caso do tipo nominativo/acusativo.

Com as análises das tipologias das línguas indígenas, os estudiosos pretendem, ainda, encontrar universais lingüísticos, isto é, propriedades comuns a todas os idiomas naturais do mundo. Por exemplo, se uma língua possui uma palavra para referir-se a “roxo” (cor), certamente terá uma palavra para “vermelho”; se a língua tem uma palavra para “perna”, terá uma palavra para “braço”. Outro exemplo de universal lingüístico é o fato de provavelmente haver em todas as línguas do mundo a categoria verbo.

Seguindo o trabalho de descrição das línguas, os pesquisadores de outro ramo da Lingüística, os histórico-comparativistas, procuram se empenhar na tentativa de relacionar uma determinada língua a outras, tornando possível, com isso, agrupá-las em troncos, famílias etc. Aliás, retomando a classificação genealógica das línguas indígenas brasileiras, conforme vimos na Tabela 4, devemos ressaltar a transitoriedade dos números ali expressos,

já que se alteram na medida em que novas línguas vão sendo estudadas e, por consequência, comparadas e classificadas.

Naturalmente, não devemos deixar de salientar que uma boa parte das línguas já foi documentada e descrita, todavia, há muitos casos cujas etnias dos falantes sequer foram localizadas ainda. Calcula-se que essa seja a situação de pelo menos 55 sociedades indígenas que vivem isoladas (a maioria na Amazônia Legal)³ do convívio com o restante da sociedade brasileira (FUNAI, 2003).

Não há dúvidas de que comunidades como essas, em sua condição de isolamento, têm preservado as tradições culturais de seus antepassados incluindo-se aí sua língua, mas, por outro lado, sem o registro e conhecimento desses povos e com as possibilidades de confrontos entre comunidades indígenas e/ou não-índias tendem a aumentar as chances de destruição dessas sociedades ainda não identificadas.

Assim, o contato com esses povos seria fundamental não apenas para a questão da classificação lingüística, mas também como uma forma de garantir a sobrevivência física e cultural desses povos. Afinal, outra importante motivação para o estudo das línguas indígenas é contribuir para que elas não se extingam, pois, em concordância com antropólogos e biólogos da evolução humana, acreditamos que as línguas traçam a história e a geografia da espécie de seus falantes. Desse modo, o desaparecimento de uma língua pode ser comparado à destruição de todos os documentos históricos a respeito de um determinado assunto em uma determinada época.

Como já mencionamos aqui, as línguas desaparecem pela ação de vários mecanismos tais como: a destruição do habitat de seus falantes, a assimilação forçada por outras populações de outros idiomas, a educação assimilativa, o genocídio e, atualmente, pela atuação da mídia eletrônica. Nessa linha de raciocínio, uma maneira de evitar que as línguas se extingam

³ A Amazônia Legal é uma área de cerca de cinco milhões de Km² que inclui os Estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima, Acre; Mato Grosso do Sul, Mato Grosso; além do Oeste do Maranhão.

é, por exemplo, a alfabetização das crianças em sua própria língua. Através de projetos de Educação Indígena, pode-se criar material pedagógico, literatura e vídeo em línguas indígenas; elaborar e preservar gramáticas, dicionários, amostras gravadas de fala, entre outros.

Entretanto, levando-se em consideração que grande parte das línguas indígenas ainda são ágrafas, tais tarefas tornam-se bastante difíceis. Por isso, seu estudo descritivo torna-se ainda mais relevante, já que poderá servir de subsídio para, por exemplo, a elaboração de um alfabeto, pois isso criará oportunidades para que elas sejam ensinadas aos jovens índios. Uma vez alfabetizados, estes podem escrever, por exemplo, histórias contadas por seus ancestrais na tradição oral e poderão, de certa forma, contribuir para que a cultura de seus antepassados não seja perdida.

Um último motivo para querermos estudar as línguas indígenas brasileiras remonta a discussões sobre a origem do homem pré-colombiano. Segundo arqueólogos, historiadores, entre outros, o homem americano teria se originado de migrações de povos asiáticos que cruzaram o Estreito de Bering há mais ou menos 12.000 anos⁴, sendo que os Esquimós e os Aleutas (supostamente os últimos a cruzarem o Estreito) teriam migrado mais recentemente, isto é, acerca de 3.000 anos. Estes povos teriam sido precedidos pelos Na-Dene, grupos que ocuparam, em um período compreendido entre 6.000 e 8.000 anos, grande parte do Alasca, o noroeste do Canadá e, também, o sudoeste dos Estados Unidos (região esta habitada por falantes Na-Dene de algumas das línguas mais conhecidas do mundo, como o Navajo e o Apache). Já a primeira leva migratória consistiria no povo Ameríndio que deu origem a todos os índios que habitam desde a baía do Rio Hudson até a Terra do Fogo, incluindo aí todos os povos indígenas do Brasil.

⁴ Em relação à época exata da migração dos povos asiáticos para a América existem controvérsias, pois muitos acreditam que isso tenha se dado em períodos anteriores. Contudo, um número significativo de pesquisadores adota a hipótese da primeira migração ter ocorrido por volta de 12.000 AP (Antes do Presente).

Coincidentemente, Greenberg (1987) classificou todas as línguas indígenas das Américas em somente três famílias, cada uma das quais descendente de um dos grupos migratórios vindos da Ásia. Entretanto, essa hipótese de classificação lingüística tem sido muito criticada, já que Greenberg, ao formular sua classificação, teria se utilizado de métodos pouco convencionais dentro da Lingüística Histórico-Comparativa, visto que trabalhava muito com base na intuição. Daí seus métodos serem considerados imprecisos por alguns pesquisadores. A despeito disso, contudo, estudos recentes sobre genes e padrões de arcadas dentárias dos modernos nativos da América, realizados por Cavalli-Sforza (2003) confirmaram a existência de três grupos étnicos que correspondem quase que exatamente às três famílias de línguas propostas por Greenberg. Aliás, talvez a evidência mais contundente da origem asiática dos nossos índios esteja mesmo relacionada com a morfologia dental. Como os dentes são mais bem conservados que outros tecidos do corpo humano, observações meticolosas puderam determinar que amostras de dentes de fósseis humanos pré-históricos da América têm dentes mais próximos dos das populações do Nordeste da Ásia do que qualquer outra população do mundo (Turner, 1994).

Além disso, Cavalli-Sforza (2003) atesta que 98% das populações nativas de toda a América possuem sangue do Tipo O (sem dúvida, um caráter fortemente genético), o que não ocorre com outras populações do mundo. Corroborando com a proposta de Greenberg, esse é outro forte argumento em favor da hipótese de unidade da origem comum dos índios americanos.

Portanto, além dos também importantes motivos expostos anteriormente, devemos estudar as línguas indígenas brasileiras (e todas as outras, evidentemente) para contribuir com o debate e esclarecimento definitivo desse ponto controverso.

Conclusão

Não há dúvidas de que a Lingüística Indígena tem progredido nas últimas décadas no Brasil, devido à entrada em ação de novos pesquisadores. Contudo, o panorama atual ainda exige que muitas tarefas sejam executadas nessa área.

É nesse âmbito de preocupação que inserimos este artigo, cujo objetivo principal foi, além de introduzir futuros pesquisadores na (podemos ainda dizer) diversidade de línguas indígenas brasileiras, apresentar algumas justificativas para o seu estudo, principalmente, sob a ótica da Lingüística Antropológica ou Indígena.

Afinal, documentar e descrever o nosso entorno lingüístico, além de uma obrigação científica, torna-se um prazer diante de tamanha diversidade, a qual certamente está relacionada a uma pluralidade cultural de igual dimensão.

ABSTRACT

CÂNDIDO, Gláucia Vieira; AMARANTE RIBEIRO, Lincoln Almir. Brazilian native languages: why study them? *Temporis (Ação)*, Goiás, v.1, n. 7, jan/dez 2003.

This paper reports a systemized synthesis concerning the Brazilian native languages aiming to introduce to the interested students in this subject of research, some information, such as the number and geographic localization of speakers, the genealogical classification of the languages, and others. However, its main goal is to present some justification concerning the scientific research on these languages. Such justifications are mainly centered in the linguistic studies developed in the branch of Anthropological or Indigeneous Linguistics and whose objectives are the description and documentation of unknown languages and/or without written tradition.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARANTE RIBEIRO, L. A. *Uma nova proposta de reclassificação das línguas da família Pano*. Campinas, 2003. Mimeografado.
- BORGES, M. V. *O estudo do Avá: relato e reflexões sobre a análise de uma língua ameaçada de extinção*. Liames, Campinas, n. 2, p. 85-104, 2002.
- CAMPBELL, L. *Review of Greenberg 1987*. *Language*, Baltimore, v. 64, p. 591-615, 1988.
- CAVALLI-SFORZA, L. L. *Genes, povos e línguas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COMRIE, B. Ergativity. In: LEHMANN, W. P. (ed.) *Syntactic typology*. Austin: University of Texas Press, 1978.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. *Mudança lingüística ou morte de língua?* Revista do Museu Antropológico – UFG, Goiânia, v. 5-6, n. 1. p. 55-73, 2002.
- DIXON, R. M. W. *The languages of Austrália*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- _____. *The rise and fall of languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Disponível em www.funai.gov.br <<http://www.funai.gov.br>>, 2003.
- GREENBERG, J. H. *Languages in the Americas*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- GRIMES, B. F.; GRIMES, J. E. *Ethnologue: languages of the World*. 14 ed. Dallas: Sil International, 2000.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em <<http://socioambiental.org.br>>, 2003.
- KRAUSS, M. *Status of Native American Language Endangerment*. Disponível em www.ncela.gwu.edu/miscpubs/stabilize/i-needs
- PINKER, S. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1994.
- TURNER, C. G. Relating eurasian and ative american populations. Though dental morphology. In: BONNICHSEN, R.; STEELE, D. G. (eds). *Method and theory for investigating the Americas*. Corvalis: Oregon State University, 1994.